

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	13
I TERMO, ORIGENS E PRECURSORES DA SEMIÓTICA	15
O que é semiótica	17
Precursores da semiótica geral	19
História terminológica da semiótica	21
Semiótica <i>versus</i> semiologia	23
II HISTÓRIA DA SEMIÓTICA	25
Período greco-romano antigo	27
Da Idade Média ao Renascimento	34
Racionalismo, Empirismo e Iluminismo	40
Semiótica no século XIX	55
III A SEMIÓTICA UNIVERSAL DE PEIRCE	59
Visão pansemiótica do mundo	61
As três categorias universais	63

Signo, semiose e semiótica	65
A classificação peirceana dos signos	76
IV A SEMIÓTICA APLICADA DE EXTRAÇÃO PEIRCEANA	93
Formas de iconicidade na linguagem	96
As aventuras de Alice no país da semiose	104
V PEIRCE E AS BASES SEMIÓTICAS DO PARADIGMA COGNITIVO	123
O giro cognitivo e a história da filosofia da mente	126
Cognição na semiose	128
Cognição, conceitualização e iconicidade	130
Modelos de cognição como modelos de semioses	133
CONCLUSÃO	141
BIBLIOGRAFIA	143

APRESENTAÇÃO

Entre outros livros e um grande número de artigos nas áreas de lingüística, comunicação e semiótica teórica e aplicada às artes, literatura e mídia, publicados na Alemanha e fora dela, Winfried Nöth, professor de lingüística e semiótica na Universidade de Kassel, é nada menos do que o autor do *Handbook of semiotics (Manual de semiótica)*, Indiana University Press, 1990). O artigo definido o – *O manual de semiótica* – faz perfeita justiça a esse livro ou compêndio que, de fato, continua sendo, até hoje, único no gênero. E provavelmente continuará a ser único por muito tempo. Já apareceram e poderão ou deverão aparecer, sem dúvida, outros manuais, dicionários ou enciclopédias de semiótica escritos por vários autores. Além de suas inúmeras e indiscutíveis qualidades, excepcional no livro de Nöth, entretanto, que o torna incomum e único, é o fato de ter sido escrito por uma só pessoa. São 576 páginas com 64 artigos, agrupados em oito seções: 1. história da semiótica e suas teorias básicas; 2. signo e significado; 3. semiose, código e o campo semiótico, incluindo a zoosemiótica, etologia e as relações entre comunicação e semiose; 4. a língua e os códigos baseados na língua; 5. do estruturalismo à semiótica textual, apresentando suas escolas

e figuras maiores; 6. o campo da semiótica textual; 7. a comunicação não-verbal; e 8. estética e comunicação visual, que inclui música, arquitetura, imagem, fotografia, filme e publicidade, entre outros. Tudo isso é seguido de um impressionante e incomparável referencial bibliográfico de 2.945 títulos, além de um longo índice remissivo de assuntos e termos no qual os leitores podem encontrar respostas para suas interrogações terminológicas.

Publicado originalmente em alemão, em 1985, ao ser traduzido para o inglês, em 1990, o manual foi revisado e ampliado para se aproximar ainda mais do ousado ideal proposto pelo autor: o de fornecer, a partir de um miradouro pluralista, uma topografia das principais áreas teóricas e aplicadas da semiótica. Como não poderia deixar de ser, desde o original em alemão até sua versão em inglês, a recepção crítica não poupou elogios à obra: "uma das melhores introduções à semiótica que já encontrei (...) um grande passo na produção de livros de referência na semiótica" (Eugen Baer, 1987); "uma forma que demonstra coerência enquanto faz justiça à diversidade do campo (...) a área de semiótica como um todo deveria dar boas vindas a este projeto ambicioso pela síntese impressionante por ele atingida" (Patricia J. Eberle, 1986); "a soberba compreensão global que o autor tem do campo da semiótica (...) a objetividade profissional superlativa de Nöth e sua ausência de tendenciosidade (...) num livro magnífico" (Irmengard Rauch, 1994); "uma corajosa *performance* solo de um jovem acadêmico alemão que sintetizou uma vasta massa de informação sobre a semiótica contemporânea no compasso de um manual de um volume" (Thomas Sebeok, 1986).

Como fruto do conhecimento profundo e constelar, internacionalmente reconhecido, de Winfried Nöth no campo da semiótica, contando com o auxílio do DAAD, FAPESP e CNPq, o programa de pós-graduação em Comunicação e Semiótica da Universidade Católica de São Paulo e a ECA da Universidade de São Paulo convidaram-no para, entre outras atividades de orientação de pesquisas, ministrar, em agosto de 1994, um curso intensivo

sobre as diversas correntes da semiótica e suas contribuições para os estudos da comunicação. Como também não poderia deixar de ser, o curso recobriu-se do mais completo sucesso. Contando com o privilégio de seu perfeito domínio de nossa língua, enquanto foi dando o curso em português, Nöth foi também redigindo-o na forma de um livro. O resultado está neste panorama breve, mas amplamente diversificado, cuidadosamente documentado e admiravelmente bem informado dos conceitos e teorias semióticas, num arco-íris histórico de quase dois mil e quinhentos anos, que se estende de Platão até Peirce.

O panorama se apresenta em cinco capítulos muito claramente delimitados. O primeiro deles é dedicado aos precursores e à bem lembrada e necessária história terminológica da semiótica. Esta inclui uma muito propositada excursão pela oposição entre semiótica e semiologia, desde sua origem até sua pretendida extinção, em 1969, quando a Associação Internacional de Semiótica, por iniciativa de Roman Jakobson, decidiu pela unificação do termo em torno da designação de semiótica.

O segundo capítulo é o mais nitidamente histórico. Tendo iniciado o livro com a distinção entre uma semiótica *avant la lettre* e uma semiótica propriamente dita, a primeira é caracterizada como as doutrinas dos signos que, mesmo sem terem recebido explicitamente o nome de semiótica, foram brotando, ao longo dos séculos, mais particularmente nas obras dos filósofos. A segunda, tendo seu aparecimento originalmente no campo da medicina, refere-se às teorias dos signos que, desde John Locke, em 1690, foram batizadas pelo nome de *Semeiotiké* e variantes. Assim sendo, dos gregos aos romanos, da Idade Média ao Renascimento, o percurso do segundo capítulo atenciosamente se estende também pelo racionalismo, empirismo e iluminismo até chegar à semiótica do século XIX. O esmero e meticulosidade da pesquisa documental, aliados a uma excepcional capacidade de síntese para capturar, numa vastíssima massa de informações, exatamente aquelas que são relevantes e pertinentes, fazem desta parte do livro uma peça cristalina em precisão e objetividade.

O terceiro capítulo, ainda no século XIX, é inteiramente dedicado à explanação dos conceitos semióticos de Charles Sanders Peirce, muito propriamente apresentado como "o mais importante dos fundadores da moderna semiótica geral", o que justifica o fato de ser esse o capítulo central e mais longo de todo o livro.

São bastante notórias a complexidade, a extrema abstração e a interconectividade dos conceitos criados por Peirce. Não é tarefa nada fácil apresentar e discutir esses conceitos com fidelidade às fontes, economia de meios e clareza comunicacional. Winfried Nöth realiza a proeza de integrar esses três difíceis requisitos em explicações primorosas. Embora sucinto, o capítulo fica longe das simplificações grosseiras e lacunares. A rede conceitual peirceana é assim apresentada em detalhes nítidos, quase cirúrgicos na sua precisão. Mais uma vez, a lucidez do autor para a condensação informativa é exposta com a naturalidade de quem a pratica por talento congênito.

Diferentemente de muitos autores que se limitam à discussão dos conceitos de Peirce, sem se preocuparem com o teste de sua validade aplicativa, Nöth dedica o quarto capítulo a uma amostragem da aplicabilidade da teoria peirceana dos signos na investigação da semiose da língua, de um lado, e ao estudo de signos transformados no mundo fictício da literatura, de outro. Na primeira, o autor leva adiante, com originalidade própria, as célebres análises que Jakobson (1971) realizara em sua "Procura da Essência da Linguagem". No segundo, a escolha feliz das Alices, no país das maravilhas e no país dos espelhos, nos oferece, com inigualável propriedade, um teste para o valor heurístico das categorias peirceanas.

Esse capítulo de aplicação se constitui, sem dúvida, no momento de coroamento do livro. Superando as tendências, infelizmente comuns, de aplicação estática e estéril dos signos peirceanos, Nöth sabe como ninguém fazer uso daquilo que chama de "perspectivismo das classificações de Peirce". A esse respeito ele afirma que "é preciso sublinhar que a tipologia peirceana dos

signos não é uma classificação aristotélica, no sentido de que cada signo pertence a uma só classe dessa tipologia. O que Peirce descreve não são classes aristotélicas de signos, mas aspectos de signos. Por isso, um mesmo signo pode ser considerado sob vários aspectos e submetido a diversas classificações". Assim sendo, num jogo minucioso e personalíssimo, criado pelo autor, de variações prismáticas das tipologias peirceanas, a potencialidade dos conceitos, para a aplicação em processos sógnicos atualizados, é explorada no limite do seu rendimento, em análises fecundas, sugestivas, instigantes, certeiras e certamente criativas. Vale a pena conferir.

O capítulo final não poderia ser mais bem lembrado. Diante da notável presença da ciência cognitiva no cenário da contemporaneidade, Nöth põe em discussão as possíveis afinidades entre a ciência cognitiva e a semiótica. Embora esta não possa ser reduzida àquela, não parece haver dúvida quanto às bases semióticas do paradigma cognitivista. O papel fundamental desempenhado pela semiótica peirceana para esse diálogo emergente é posto em relevo, especialmente nas relações que se tecem entre representações mentais e iconicidade, na importância da mediação sógnica para a superação de modelos diádicos de cognição e nas implicações semióticas das teorias dos esquemas. Enquanto o quarto capítulo demonstra, de modo magistral, o aproveitamento aplicativo das tipologias peirceanas, o quinto capítulo coloca em evidência quão fértil pode ser o diálogo entre a semiótica peirceana e as questões que o cognitivismo tem trazido à tona. Isso tudo é discutido em argumentos sóbrios, despidos de qualquer retórica supérflua e sem tendencialidades ou partidarismos.

Numa visão global, fiel ao seu título, o livro, no seu todo, funciona como uma apresentação panorâmica não apenas do desenvolvimento histórico da semiótica, mas também das questões mais fundamentais que esse campo de estudo permite detectar. Ao mesmo tempo, o livro acaba por funcionar como uma espécie de caleidoscópio das diferenciadas facetas intelectuais do seu autor.

Se o primeiro capítulo faz emergir sua vocação filológica, no segundo, é sua habilidade incomum para a investigação documental que aflora. Enquanto o terceiro capítulo traz as marcas de uma lucidez conceitual também rara, o quarto põe em evidência um intelecto criativo e pragmaticamente orientado. Só faltava a capacidade avaliativa para o balanço crítico das teorias. É justamente isso que o quinto capítulo nos apresenta.

Enfim, trata-se de uma obra que, de modo abreviado, traz todas as características que a crítica aplaudiu no *Handbook of semiotics*: a manutenção da unidade e fluência da linguagem não obstante a diversidade dos tópicos trabalhados, a elegância, clareza e condensação do estilo intimamente fundido à precisão e instigação das idéias. A palavra filigrana se refere a uma obra de ourivesaria, formada de fios de ouro ou de prata, delicadamente entrelaçados e soldados. Não há imagem melhor para caracterizar este pequeno livro que Nöth entrega ao público brasileiro do que a da filigrana. De fato, cada um dos capítulos assemelha-se a uma obra de ourivesaria, o conjunto deles compondo uma pequena constelação de filigranas finissimamente tecidas com os fios da erudição e da lucidez.

Diante de uma obra tão bem realizada e tão relevante para atender às necessidades de todos aqueles que têm curiosidade e interesse em compreender a multiplicidade de aspectos que o mundo dos signos é capaz de exibir, resta-nos torcer para que o prometido segundo volume desta obra, que foi reservado para as correntes semióticas do século XX, possa vir à luz muito brevemente.

Lucia Santaella

PREFÁCIO

Panorama da Semiótica é o título de um curso intensivo que ministrei para os doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, durante o mês de agosto de 1994. As páginas seguintes constituem apontamentos que elaborei para o curso, durante minha permanência no Brasil.

O objetivo original deste panorama foi o de oferecer um curso sobre "as diversas correntes da semiótica e suas contribuições para os estudos da comunicação". Os deuses, porém, sabem que toda pretensão deve ser punida. As correntes da semiótica são tão diversas e amplas que um simples curso, mesmo intensivo, que informasse sobre as mais significativas tendências desta área de estudo, teria de ser superficial demais para estudantes de pós-graduação.

Resolvi, portanto, fazer uma análise mais profunda das correntes da semiótica desde Platão e encerrar o panorama com a teoria do signo de Charles Sanders Peirce e suas perspectivas para o futuro da semiótica. Prometo, porém, continuar este panorama em um curso futuro sobre as correntes da semiótica no século XX,

para o qual o reitor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo teve a amabilidade de me convidar.

Uma exposição sumária sobre uma área de investigação tão ampla como a semiótica tem necessariamente de permanecer incompleta. Para uma orientação mais extensiva sobre o campo semiótico, tenho que remeter o leitor ao meu manual de semiótica e *A semiótica no século XX*,¹ nos quais há capítulos e informações mais específicos sobre a maioria dos assuntos aqui tratados.

Agradeço à professora Lucia Santaella pela iniciativa de me convidar para este curso em São Paulo. A ela, ao professor Norval Baitello Jr., aos colegas, às colegas do Programa e aos estudantes do Curso, agradeço a hospitalidade que me dispensaram durante todo o tempo de minha permanência na capital semiótica do Brasil. Lucia Santaella, Norval Baitello Jr., Tarcísio J. Loro, Ana Cecília Koblitz Hübscher, Gerson Tenório dos Santos e Luiz Carlos lasbeck tiveram a amabilidade de melhorar o português do manuscrito, sendo que este último e Guido Ipsen ainda o transpuseram para uma forma mais legível. Defeitos que sobrevierem são só de minha própria responsabilidade.

Dedico este pequeno livro a quatro pessoas que me ensinaram a língua portuguesa com hospitalidade, paciência e amizade nos anos sessenta, na Universidade de Münster e em Lisboa: Luís de Souza Costa e Alzira Alexandre Pires (*in memoriam*), Henrique Braz e Margarida Braz Cunha da Silveira.

Winfried Nöth

1. Winfried Nöth, *Handbook of semiotics*, Bloomington, Indiana Univ. Press, 1990, e *A semiótica no século XX*, São Paulo, Annablume, 1996.

TERMINOS, ORIGENS E PRECURSORES DA SEMIÓTICA

O QUE É SEMIÓTICA

O que é Semiótica é o título de um pequeno livro publicado por Lucia Santaella em 1983.²

Diante do desenvolvimento de uma área de investigações que se estende da semiótica da arquitetura, da biossemiótica ou da cartossemiótica até a zoossemiótica, uma resposta possível e pluralista à questão é: a semiótica é a ciência dos signos e dos processos significativos (semiose) na natureza e na cultura.

Essa definição não é, porém, aceita por todos os estudiosos da área. Várias escolas da semiótica preferem definições mais específicas e restritivas; muitas exigem que a semiótica se ocupe apenas da comunicação humana e a escola de Greimas até se recusa a definir semiótica como uma teoria dos signos, postulando, ao contrário, defini-la apenas como uma teoria da significação.

E qual é a origem dessa ciência dos signos? Na história das ciências, é preciso distinguir entre o desenvolvimento de uma semiótica propriamente dita e as tendências de uma semiótica *avant la lettre*, que também era uma doutrina dos signos.

2. São Paulo, Editora Brasiliense (Coleção Primeiros Passos 103).

A semiótica propriamente dita tem seu início com filósofos como John Locke (1632-1704) que, no seu *Essay on human understanding*, de 1690, postulou uma "doutrina dos signos" com o nome de *Semeiotiké*, ou com Johann Heinrich Lambert (1728-1777) que, em 1764, foi um dos primeiros filósofos a escrever um tratado específico intitulado *Semiotik*.

A doutrina do signo, que pode ser considerada como semiótica *avant la lettre*, compreende todas as investigações sobre a natureza dos signos, da significação e da comunicação na história das ciências. E a origem dessas investigações coincide com a origem da filosofia: Platão e Aristóteles eram teóricos do signo e, portanto, semioticistas *avant la lettre*.

PRECURSORES DA SEMIÓTICA GERAL

A semiótica propriamente dita encontra seu ancestral mais antigo na história da medicina, aí entendida como o primeiro estudo diagnóstico dos signos das doenças. O médico grego Galeno de Pérgamo (139-199), por exemplo, referiu-se à diagnóstica como sendo "a parte semiótica" (*semeiotikón méros*) da medicina.

No século XVIII a literatura médica também começou a empregar o termo sem(e)iologia como alternativa de semiótica, às vezes, com algumas variações de sentido. Naquela altura, a semiótica médica foi ampliada para incluir três ramos de investigação: a anamnéstica, estudo da história médica do paciente; a diagnóstica, estudo dos sintomas atuais das doenças; e a prognóstica, que trata das predições e projeções do desenvolvimento futuro das doenças.

A partir da tradição médica, o termo semiótica também começou a adquirir sentidos mais amplos no contexto de uma *semiótica moralis*.³ Num tratado com esse título, Scipio Claramonti,

3. Além das fontes citadas no meu *Handbook* incluo aqui

em 1625, postulou uma disciplina que investigaria "o conhecimento dos homens". Entre os filósofos que seguiram essa tradição, está Christian Wolff (1679-1754), semiótico, discípulo de Leibniz.

Na medicina de hoje, o termo semiótica ou foi abandonado ou confinado ao sentido de sintomatologia. O *Novo Dicionário Aurélio* ainda especifica tal sentido como uma das definições possíveis para o verbete semiótica,⁴ assim como para semiologia. Dentro da semiótica moderna, porém, estabeleceu-se uma nova semiótica médica que estuda aspectos da medicina, da microbiologia e até da psicoanálise, sob o ponto de vista de uma semiótica geral.

Entre os precursores da semiótica propriamente dita encontramos também uma curiosidade terminológica: John Wilkins (1614-1672), um dos pioneiros do desenvolvimento das idéias de criptografia, estenografia e de língua universal no século XVII, introduziu, no seu livro *Mercury: or the secret and swift messenger*, de 1641, o termo *semaeologia* para designar uma linguagem secreta por senhas ou gestos (Wilkins, 1641: 8).

referências ao artigo "Semiotik" de S. Meier-Oeser, 1997, vol. 9 do *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, ed. J. Ritter & K. Gründer, Basel, Schwabe.

4. Uma curiosidade terminológica que está ainda para ser explorada nesse contexto é o fato de o *Novo Dicionário Aurélio* definir o termo semiótica também como "a arte de comandar manobras militares por meio de sinais, e não da voz".

HISTÓRIA TERMINOLÓGICA DA SEMIÓTICA

A semiótica como teoria geral dos signos teve várias denominações no decorrer da história da filosofia. A etimologia do termo nos remete ao grego *semeion*, que significa "signo", e *sêma*, que pode ser traduzido por "sinal" ou também "signo".

Semio-, uma transliteração latinizada da forma grega *semeio-*, e os radicais parentes, *sema(t)-* e *seman-*, têm sido a base morfológica para várias derivações de vocábulos que dão nome às ciências semióticas. Além das formas *semeiotica* e *semeiologia*, já mencionadas, houve precursores e rivais terminológicos da semiótica, tais como *semiologia*, *semântica*, *sematologia*, *semasiologia*, *semologia*, além dos termos usados por Lady Welby: *sensifics* e *significs*.

Semântica e semasiologia são termos que hoje só se referem ao estudo das significações na lingüística. Nos séculos XVII e XVIII, a semântica apresenta ainda sentidos semióticos mais gerais. John Spencer (*A discourse concerning prodigies*, 1665), por exemplo, referiu-se à "semantick philosophy" como sendo o estudo das previsões do futuro por senhas.

Outros termos rivais de semiótica – como *sematologia* e

semologia – ficaram circunscritos a alguns autores isolados na história da semiótica. *Sematology* é o título de um tratado semiótico que Benjamim Humphrey Smart publicou em 1831. Karl Bühler, o semioticista que influenciou a obra de Roman Jakobson, também empregou o termo sematologia, em 1934, para referir-se à teoria geral dos signos. Porém, o primeiro a usar esse termo parece ter sido George Dalgarno que, na sua obra *Ars signorum*, de 1661, definiu sematologia como a doutrina dos signos artificiais.

Semiotics, na forma plural em inglês, é de origem relativamente recente. Charles Sanders Peirce (1839-1914) nunca a usou, preferindo *semeiotic* ou, menos freqüentemente, *semeiotics*, *semiotic* ou *semeotic*. Charles Morris (1901-1979) também só usou a forma singular *semiotic*. O plural *semiotics* foi adotado em analogia com as demais formas plurais que, em inglês, denominam ciências, como *linguistics*, *semantics*, *mathematics* ou *physics*. Um dos primeiros usos dessa forma aparece em 1964 como título de uma obra organizada por T. A. Sebeck et al., *Approaches to semiotics*.

O maior rival terminológico de semiótica tem sido semologia. Para designar uma teoria geral dos signos o termo já havia surgido alguns decênios antes que Locke, em 1690, postulasse uma doutrina dos signos com o nome de *Semeiotiké*. Já em 1659, o filósofo alemão Johannes Schulteus falou de uma doutrina geral do signo e do significado, sob o título *Semeiologia Metaphysiké*.

No nosso século, o termo semologia ficou ligado à tradição semiótica fundada no quadro da lingüística de Ferdinand de Saussure e continuada por semioticistas como Louis Hjelmslev ou Roland Barthes. Sob essas influências, semologia permaneceu durante muito tempo como o termo preferido nos países românicos, enquanto autores anglófonos e alemães preferiram o termo semiótica. Alguns semioticistas, porém, começaram a elaborar distinções conceituais entre semologia e semiótica: semiótica, designando uma ciência mais geral dos signos, incluindo os signos animais e da natureza, enquanto semologia passou a referir-se unicamente à teoria dos signos humanos, culturais e, especialmente, textuais.

Uma distinção muito interessante entre semiótica e semiologia foi introduzida por Hjelmslev e adotada por Greimas. Para ambos, semiótica é um sistema de signos com estruturas hierárquicas análogas à linguagem – tal como uma língua, um código de trânsito, arte, música ou literatura – ao passo que semiologia é a teoria geral, a metalingua, ou melhor, a metassemiótica desses sistemas, que trata dos aspectos semióticos comuns a todos os sistemas semióticos.

A rivalidade entre esses dois termos foi oficialmente encerrada pela Associação Internacional de Semiótica que, em 1969, por iniciativa de Roman Jakobson, decidiu adotar semiótica como termo geral do território de investigações nas tradições da semiologia e da semiótica geral.

II

HISTÓRIA DA SEMIÓTICA

Uma distinção muito interessante entre as
línguas foi introduzida por Heráclito e atribuída por
ele a natureza, artificial e um sistema de signos con-
cretos, artificiais e abstratos – a linguagem é
concreta, a arte, a música ou a literatura – as palavras que se
usam para a linguagem, os mitos, a matemática
e a ciência, que não são signos artificiais, mas
signos naturais.

A distinção entre essas duas formas de línguas
foi introduzida pela distinção introduzida por Heráclito
entre a linguagem concreta, a linguagem natural e a
linguagem artificial, a linguagem dos signos artificiais.

HISTÓRIA
DA SEMIÓTICA

PERÍODO GRECO-ROMANO ANTIGO

Passemos, agora, da história etimológica e institucional da semiótica à história implícita e explícita da doutrina dos signos.

A primeira parte dessa história pertence à semiótica avant la lettre; são capítulos da filosofia greco-romana que tratam da teoria dos signos verbais e não-verbais.

Platão (427-347)

Platão tratou de vários aspectos da teoria dos signos; definiu signo verbal, significação e contribuiu com idéias críticas para a teoria da escritura.

O modelo platônico do signo tem uma estrutura triádica, na qual é possível distinguir os três componentes do signo:

- o nome (*ónoma, nómos*)
- a noção ou idéia (*eîdos, lógos, dianóema*)
- a coisa (*prágma, ousía*) à qual o signo se refere

Idéias, para Platão, são entidades objetivas que não só existem na nossa mente, como também possuem realidade numa esfera espiritual além do indivíduo.

No diálogo *Crátilo* (*Sobre a justeza dos nomes*), Platão investigou a relação entre o nome, as idéias e as coisas. Uma das questões levantadas é se a relação entre nome, idéia e coisa é natural ou depende das convenções sociais, sendo, portanto, arbitrária. As respostas platônicas são:

- 1) signos verbais, naturais, assim como convencionais são só representações incompletas da verdadeira natureza das coisas;
- 2) o estudo das palavras não revela nada sobre a verdadeira natureza das coisas porque a esfera das idéias é independente das representações na forma de palavras; e
- 3) cognições concebidas por meio de signos são apreensões indiretas e, por este motivo, inferiores às cognições diretas.

Desse modo, para Platão, a verdade que se exprime e se transmite por palavras, mesmo que as palavras possuam semelhanças excelentes com as coisas às quais se referem, é sempre inferior ao conhecimento direto, não-intermediado, das coisas. A natureza indireta da escritura em relação à língua falada é, também, a base da crítica que Platão faz à escritura no diálogo de Fédon.

G. Manetti,⁵ discutindo a origem dessas concepções céticas da função comunicativa na Antiguidade clássica, faz uma retrospectiva que vai até os tratados de mancia mesopotâmica. Aí, os signos foram descritos como *omina*, ou presságios capazes de serem interpretados por oráculos. Nessa tradição, o signo (*semeion*) continuou para os gregos a ser uma percepção que indica qualquer coisa escondida (*ádelos*) da cognição. Por isso, Platão usou o verbo "significar" (*semaínein*) como sinônimo de "revelar" (*delóun*).

5. *Theories of the sign in classical antiquity*. Bloomington, Indiana Univ. Press, 1993.

Aristóteles (384-322)

Aristóteles começou a traçar uma distinção entre o signo incerto (*semeion*) e o signo certo (*tekmérion*) e discutiu a teoria dos signos no âmbito da lógica e da retórica. Em geral, definiu o signo como uma relação de implicação: se (q) implica (p), (q) atua como signo de (p). Na *Primeira Analítica* (II, 70a, 7-9), explica tal definição:

Pois aquilo que procede ou segue o ser ou o desenvolvimento duma coisa é um signo do ser ou do desenvolvimento dessa coisa.

Além disso, Aristóteles descreveu o signo como uma premissa que conduz a uma conclusão:

O signo [...] quer ser uma proposição bem certa ou necessária ou também corresponde a uma opinião.

Chamou o signo lingüístico de "símbolo" (*symbolon*) e o definiu como um signo convencional das "afecções" (*pathémata*) da alma". Descreveu essas afecções como "retratos" das coisas (*prágmata*).

O modelo do signo aristotélico é, portanto, triádico.

Estóicos (ca. 300 a.C. – 200 d.C.)

Um modelo triádico do signo é também a base da teoria do signo dos estóicos. Para eles, o signo consiste em três componentes básicos, a saber:

- 1) *semaínon*, que é o significante, a entidade percebida como signo;

- 2) *semainómenon*, ou *lékton*, que corresponde à significação ou significado; e
- 3) *tygchánon*, o evento ou o objeto ao qual o signo se refere.

Enquanto significante e objeto são entidades materiais, o significado é uma entidade ideal, não-corporal.

A teoria estóica do signo está igualmente ligada à lógica. Os estóicos interpretavam a cognição de um signo como um processo silogístico de indução. O signo estóico, segundo Sextus Empiricus (*Adv. math.* II, 245), é a proposição antecedente numa válida premissa maior que serve para revelar o conseqüente.

Além disso, os signos são classificados em comemorativos, quando se referem a observações associadas anteriormente ao signo, e indicativos, quando indicam fatos não evidentes.

Epicuristas (ca. 300)

Contra os estóicos, os epicuristas pretendiam desenvolver um modelo diádico do signo, onde só entram em composição o significante (*semaínon*) e o objeto referido (*tygchánon*). O significado imaterial do signo (*lékton*) não é reconhecido como componente semiótico do signo.

Na base do modelo epicurista há uma epistemologia materialista, na qual o objeto físico é considerado como a origem das imagens (*eidola*) que emanam de sua superfície, na forma de verdadeiros átomos. Na cognição do receptor, esses átomos icônicos reaparecem como uma nova imagem chamada fantasia. A imagem emitida do objeto e a imagem captada pelo observador descrevem, portanto, os dois componentes do signo.

Por outro lado, os estóicos consideravam que a cognição não é só um processo inteiramente mecânico; o reconhecimento de um signo, para eles, presunha a capacidade de antecipação (*prolépsis*) por parte do receptor. Uma tal antecipação, porém, só

é possível se na mente do receptor já existem previamente imagens mentais ou conceitos capazes de antecipar a imagem.

Considerando esse aspecto do processo semiótico, o modelo estóico do signo contém, em verdade, uma terceira dimensão semelhante aos modelos triádicos do signo. Essa idéia de uma imagem mental antecipando uma cognição atual, aliás, está bem de acordo com as teorias modernas da ciência cognitiva, ao passo que a base materialista da teoria epicurista parece hoje uma mera curiosidade da história da epistemologia.

Os epicuristas também atacaram um outro aspecto da semiótica estóica: a teoria da natureza inferencial do processo semiótico. *Semiosis*, para os epicuristas, não pressupõe combinações lógicas, porque mesmo um cão que segue a pista de um outro animal está apenas interpretando signos, sem conhecer as regras de indução. Tais reflexões zoosemióticas, em conjunto com especulações sobre a origem gesticular da língua, constituem a parte mais interessante da contribuição dos epicuristas à história da semiótica. O epicurista romano Lucrécio, por exemplo, no seu poema *De Rerum Natura*, foi um dos primeiros a dar uma explicação evolutiva dos sistemas semióticos humanos: ele afirma que a origem da língua humana, dos gestos infantis e do comportamento animal não se fundamenta em convenções intelectuais, mas tem suas bases na natureza e na utilidade (*utilitas*).

Aurélio Agostinho (354-430)

A história da semiótica antiga atinge seu apogeu com a obra de Aurélio Agostinho. E. Coseriu o considerava "o maior semioticista da Antiguidade e o verdadeiro fundador da semiótica". Os tratados nos quais Agostinho desenvolveu suas idéias semióticas são: *De Magistro* (389), *De Doctrina Christiana* (397) e *Principia Dialecticae* (ca. 384).

Agostinho concordou com a teoria epicurista que definiu

- 2) *semainómenon*, ou *lékton*, que corresponde à significação ou significado; e
- 3) *tygchánon*, o evento ou o objeto ao qual o signo se refere.

Enquanto significante e objeto são entidades materiais, o significado é uma entidade ideal, não-corporal.

A teoria estóica do signo está igualmente ligada à lógica. Os estóicos interpretavam a cognição de um signo como um processo silogístico de indução. O signo estóico, segundo Sextus Empiricus (*Adv. math.* II, 245), é a proposição antecedente numa válida premissa maior que serve para revelar o conseqüente.

Além disso, os signos são classificados em comemorativos, quando se referem a observações associadas anteriormente ao signo, e indicativos, quando indicam fatos não evidentes.

Epicuristas (ca. 300)

Contra os estóicos, os epicuristas pretendiam desenvolver um modelo diádico do signo, onde só entram em composição o significante (*semainon*) e o objeto referido (*tygchánon*). O significado imaterial do signo (*lékton*) não é reconhecido como componente semiótico do signo.

Na base do modelo epicurista há uma epistemologia materialista, na qual o objeto físico é considerado como a origem das imagens (*eídola*) que emanam de sua superfície, na forma de verdadeiros átomos. Na cognição do receptor, esses átomos icônicos reaparecem como uma nova imagem chamada fantasia. A imagem emitida do objeto e a imagem captada pelo observador descrevem, portanto, os dois componentes do signo.

Por outro lado, os estóicos consideravam que a cognição não é só um processo inteiramente mecânico; o reconhecimento de um signo, para eles, presumia a capacidade de antecipação (*prolépsis*) por parte do receptor. Uma tal antecipação, porém, só

é possível se na mente do receptor já existem previamente imagens mentais ou conceitos capazes de antecipar a imagem.

Considerando esse aspecto do processo semiótico, o modelo estóico do signo contém, em verdade, uma terceira dimensão semelhante aos modelos triádicos do signo. Essa idéia de uma imagem mental antecipando uma cognição atual, aliás, está bem de acordo com as teorias modernas da ciência cognitiva, ao passo que a base materialista da teoria epicurista parece hoje uma mera curiosidade da história da epistemologia.

Os epicuristas também atacaram um outro aspecto da semiótica estóica: a teoria da natureza inferencial do processo semiótico. *Semiosis*, para os epicuristas, não pressupõe combinações lógicas, porque mesmo um cão que segue a pista de um outro animal está apenas interpretando signos, sem conhecer as regras de indução. Tais reflexões zoossemióticas, em conjunto com especulações sobre a origem gesticular da língua, constituem a parte mais interessante da contribuição dos epicuristas à história da semiótica. O epicurista romano Lucrécio, por exemplo, no seu poema *De Rerum Natura*, foi um dos primeiros a dar uma explicação evolutiva dos sistemas semióticos humanos: ele afirma que a origem da língua humana, dos gestos infantis e do comportamento animal não se fundamenta em convenções intelectuais, mas tem suas bases na natureza e na utilidade (*utilitas*).

Aurélio Agostinho (354-430)

A história da semiótica antiga atinge seu apogeu com a obra de Aurélio Agostinho. E. Coseriu o considerava "o maior semioticista da Antiguidade e o verdadeiro fundador da semiótica". Os tratados nos quais Agostinho desenvolveu suas idéias semióticas são: *De Magistro* (389), *De Doctrina Christiana* (397) e *Principia Dialecticae* (ca. 384).

Agostinho concordou com a teoria epicurista que definiu

o signo como um fato perceptivo que representa alguma coisa atualmente não perceptível. Na sua definição do signo, porém, Agostinho seguiu mais os estoícos e acentuou o papel da interferência mental no processo de semiose:⁶

O signo é, portanto, uma coisa que, além da impressão que produz nos sentidos, faz com que outra coisa venha à mente como consequência de si mesmo" (De Doctrina Christiana, II, 1, 1).

Agostinho continuou, também, a distinguir os signos naturais dos signos convencionais. Para ele, os signos naturais são aqueles produzidos sem a intenção de uso como signo, mas nem por isso conduzem à cognição de outra coisa. A fumaça como índice de fogo é um dos exemplos daquilo que entendia por signo natural. Os signos convencionais, por outro lado, são aqueles que "todos os seres vivos trocam mutuamente para demonstrar sentimentos da mente" (*ibid.* II, 1, 3).

Outra idéia interessante na semiótica agostiniana é a distinção entre signos e coisas. Em *Doutrina cristã* I, 2, 2 Agostinho deu respostas à seguinte questão: "O que é uma coisa e o que é um signo?":

Uso a palavra "coisa" num sentido estrito para referir-me ao que nunca foi usado como signo de outra coisa, como madeira, pedra, gado ou outras tantas coisas desse gênero.

Mas Agostinho também sabia que signos não são uma classe de objetos ontologicamente diferente das coisas, e continua (*ibid.*):

6. Infelizmente, a tradução portuguesa da *Doutrina cristã* (São Paulo, Edições Paulinas, 1971, p. 93) traduz o latim *signum* por "sinal".

Todo signo é, ao mesmo tempo, alguma coisa, visto que se não fosse alguma coisa não existiria. Porém, não são todas as coisas signos ao mesmo tempo.

Apesar dessa separação fenomenológica entre coisas que são signos e coisas que não são signos, Agostinho via as duas esferas do mundo ligadas pelo processo de semiose. Por isso, concluiu que "as coisas são conhecidas por meio dos signos" (I, 2, 2).

Uma dimensão inovadora na semiótica de Agostinho foi o fato de ter estendido os estudos semióticos dos signos verbais aos signos não-verbais. Eco, Lambertini, Marmo e Tabarroni (1986: 65) resumiram esse aspecto da doutrina agostiniana dos signos do seguinte modo:

Com Agostinho, esta "doutrina" ou "ciência" do signo toma uma forma na qual os sintomas, as palavras da língua, os gestos miméticos de atores junto ao som de clarins militares e as estridulações das cigarras, tudo isso se torna objeto de estudo. No ensaio de uma tal doutrina, Agostinho previu linhas de desenvolvimento de um interesse histórico enorme.

Last, but not least, a dimensão teológica da semiótica agostiniana merece ser mencionada. Na interpretação de Agostinho, todas as coisas percebidas como signo são, ultimamente, signos naturais que revelam a vontade de Deus na criação terrestre. Tais idéias continuaram a ser desenvolvidas na semiótica exegética medieval, no quadro da teoria dos sentidos múltiplos do mundo e dos textos.

*exegética = interpreta-
ção do texto
ou palavra
bíblica*

DA IDADE MÉDIA AO RENASCIMENTO

A semiótica medieval desenvolveu-se no âmbito da teologia e do trívio das artes liberais: gramática, retórica e dialética (lógica). Filosofia e teologia medievais, como foram ensinadas em muitas escolas universitárias, são também conhecidas pela denominação de escolástica ou escolasticismo.

Temas dominantes

A teoria geral dos signos foi tema para muitos escolásticos. Roger Bacon (1215-1294), por exemplo, escreveu um tratado sob o título *De Signis*. A tradição escolástica de estudos do signo continuou até a Renascença, quando chegou ao apogeu na obra monumental do português João de São Tomás, também conhecido como Jean Poinot (1589-1644). O seu *Tractatus de Signis*, escrito em 1632, foi publicado em uma nova edição crítica por John Deely, em 1984.

Entre os temas predominantes da semiótica escolástica estão as doutrinas do realismo e do nominalismo, as doutrinas das suposições e dos modos de significação. A distinção entre denotação

e conotação provém da semiótica desenvolvida nesse período, quando também uma teoria da representação começou a estudar as funções semióticas de signos, símbolos e imagens.

Além de Roger Bacon, John Duns Scot (1270-1308) e William de Ockham (1290-1349) foram semioticistas escolásticos de grande importância. Peirce foi leitor assíduo das obras desses teóricos do signo, e Umberto Eco fez com que alguns deles reaparecessem no seu romance *O nome da rosa*.

Semiótica como lógica

Em vez de introduzir pormenores adicionais sobre os temas centrais da semiótica medieval, parece mais relevante esboçar o lugar da teoria do signo no âmbito das demais ciências oficialmente reconhecidas pelos escolásticos.⁷

Fundamentados na filosofia estóica, os escolásticos distinguiram três ciências: a *philosophia naturalis*, a *philosophia moralis* e, em terceiro lugar, a *scientia de signis*. Esta última foi também chamada *scientia rationalis* e equivalia à lógica. Um autor desse período, Leonino de Pádua, por exemplo, escreveu: "Logica est doctrina principaliter de signis".⁸

Essa divisão triádica das ciências, aliás, reapareceu em 1690 no famoso *Essay* de Locke, no qual ele descreveu a ciência dos signos como lógica, no quadro de uma tríade científica, ao lado da física (ou "filosofia natural") e da ética – à qual Locke se referia com o termo grego *praktiké*.

7. A seguir, incluo resultado de pesquisas de S. Meier-Oeser, já mencionado.

8. Em F. Bottin, "La polemica contro i *Moderni Loyci* [...] nella *Decas Loyca* di Leonino da Padova", em *Medioevo* 4 (1978), p. 108.

O signo como instrumento cognitivo

João de São Tomás também foi um dos filósofos a considerar o estudo do signo no campo da lógica. A definição de signo dada por ele em sua *Ars logica*⁹ interessa tanto sob o ponto de vista do passado quanto do futuro da semiótica:

Omnia instrumenta, quibus ad cognoscendum et loquendum utimur, signa sunt. (“Todos os instrumentos dos quais nos servimos para a cognição e para falar são signos.”)

Tal definição contém dois elementos de grande interesse para a teoria dos signos. O primeiro é a definição do signo como instrumento e, portanto, como um meio, constituindo um esboço da idéia de semiose como mediação, desenvolvida mais tarde por Peirce. Outro semioticista a acentuar a instrumentalidade dos signos foi Karl Bühler, autor do modelo *órganon*¹⁰ da língua, que é a base da teoria das funções de linguagem de Jakobson.

O segundo elemento importante da definição de João de São Tomás é a afirmação de que os signos não são apenas instrumentos de comunicação, mas também de cognição. Repare-se que essa interpretação contraria o que Platão havia postulado quando distinguia entre acesso direto às coisas por cognição direta – sem uso de signos – e cognição indireta por intermediação signica. Na presente definição, ao contrário, o uso dos signos verbais, assim como os processos da cognição do mundo, são definidos como processos de semiose. Essa visão semiótica da cognição é bem peirceana e de grande interesse no contexto do diálogo entre a semiótica e o paradigma das ciências cognitivas.¹¹

9. Ed. B. Reiser (Roma, 1948), p. 9a.

10. *Órganon* significa precisamente “instrumento” e o modelo *órganon* é o modelo da instrumentalidade da comunicação.

11. Ver capítulo 5.

Digressão sobre a semiótica do mundo natural

Na cultura da Idade Média até a Renascença, havia modelos semióticos não só para a interpretação daqueles signos humanos, animais ou naturais, que a semiótica moderna ainda estuda, mas também modelos ainda mais ambiciosos, criados para servir de chave semiótica para a interpretação de todo o mundo natural. Os mais importantes desses modelos pansemióticos do mundo são o modelo dos quatro sentidos exegéticos na Idade Média e o modelo das assinaturas das coisas, na Renascença.

Os quatro sentidos do mundo medieval

O modelo dos quatro sentidos exegéticos no mundo medieval provém de um outro modelo desenvolvido para a interpretação de uma mera parte desse mundo, os textos bíblicos. A hermenêutica cristã medieval postulava que a interpretação da Bíblia tinha de ser feita sobre quatro níveis capazes de revelar quatro sentidos diferentes do mesmo texto.

No primeiro nível, os textos tinham um sentido literal ou histórico, que explicava o sentido das personagens, localidades e eventos, tais como apareciam na superfície do texto. No segundo, aparecia o sentido tropológico ou moral, que era a chave para a revelação do sentido que um texto bíblico devia ter para a vida individual dos homens neste mundo. No terceiro nível, vinha o sentido alegórico, que se referia diretamente a Cristo e à Igreja. O quarto sentido era o sentido anagógico e referia-se aos mistérios celestes que teriam lugar no futuro dos fiéis cristãos.

Importante para o nosso contexto é ressaltar que esse modelo dos quatro sentidos foi, mais tarde, usado também como um modelo de leitura do mundo natural. O mundo foi, portanto, interpretado da mesma maneira que o livro dos livros, o que nos mostra um caso interessante de metagênese, uma inversão

cronológica do processo da evolução: em vez de explicar os textos em termos da semiose no mundo, o mundo é interpretado em termos de sentidos de textos escritos, depois de sua evolução.¹²

Um exemplo de leitura do mundo natural nas categorias dos quatro sentidos escriturais pode ser encontrado numa passagem em que Dante (*Il Convivio* II, 1, 2-15) descreve o sentido da cidade de Jerusalém: no âmbito histórico ou literal, Jerusalém é a "cidade dos judeus"; no sentido tropológico, é a "alma do homem"; no sentido alegórico, simplesmente a "Igreja de Cristo"; e no sentido anagógico, a "cidade de deus no céu".

A doutrina das assinaturas

A visão pansemiótica do mundo chegou ao apogeu na doutrina das assinaturas da Renascença, quando foi estudada na obra do médico e sábio suíço Paracelsus (1493-1541).¹³

Aí encontramos um sistema elaborado de códigos para a interpretação de signos naturais, onde não só deus aparece como autor das mensagens do mundo, mas é acompanhado de três outros emissores (assinantes) de signos naturais (*De Nat. Rer.*, 1591): primeiro, o homem, em segundo, um princípio interior do desenvolvimento chamado *archaeus* e, em terceiro lugar, as estrelas ou planetas (*astra*).

Os signos naturais, que tais emissores deixaram como traços indexicais no mundo, eram chamados assinaturas e podiam ser descobertos em várias zonas do mundo. Na face humana, os signos eram codificados pela fisionomia. As regras para descobrir o sentido das assinaturas nas linhas do corpo humano, assim como nas linhas visíveis da superfície das plantas, foram ensinadas na

12. Cf. Winfried Nöth (ed.), *Origins of semiosis*, Berlin, Mouton de Gruyter, 1994, p. 5.

13. Cf. Winfried Nöth, *A semiótica no século XX*, São Paulo, Annablume, 1996, p. 270.

quiromancia; os segredos semióticos das assinaturas da terra, do fogo, da água e dos astros foram descobertos pelos códigos da geomancia, da piromancia, hidromancia e da astrologia, respectivamente.

Conforme a doutrina das assinaturas, os signos do mundo natural mantêm entre eles relação de iconicidade porque existem semelhanças, analogias, afinidades ou correspondências¹⁴ escondidas que os ligam numa relação pansemiótica.

14. Cf. Michel Foucault, *Les mots et les choses*, Paris, Gallimard, 1966.

RACIONALISMO, EMPIRISMO E ILUMINISMO

A semiótica dos séculos XVII e XVIII se desenvolveu no ambiente de três grandes correntes filosóficas: o racionalismo, sobretudo na França; o empirismo britânico e o iluminismo, a idade da luz, sobretudo na Alemanha.

O Racionalismo de Port-Royal

No século XVII muitas idéias de interesse para o futuro da semiótica se desenvolveram sob o racionalismo francês.

Idéias inatas

René Descartes (1596-1650), na sua teoria das idéias inatas, postulou a prioridade do intelecto sobre a experiência. Do ponto de vista semiótico, a consequência maior dessa teoria foi o fato de ela ter aliado da teoria dos signos o aspecto referencial. Sem verdadeiro elo de contato com o mundo aparente, o processo semiótico foi descrito em categorias mentais.

O modelo do signo diádico

Ao invés da tríade, o racionalismo optou por um modelo diádico de signo, cuja definição mais famosa, na época, se encontrava na gramática geral e na lógica da escola semiótica de Port-Royal. Uma formulação dessa definição na *Lógica* de Arnauld e Nicole (1683: cap. 4) é:

O signo compreende duas idéias – uma é a idéia da coisa que representa, e outra, a idéia da coisa representada – e a natureza do signo consiste em excitar a segunda pela primeira.

A “idéia da coisa representada” corresponde ao significado do signo; “a coisa que representa” se refere ao significante, às características acústicas ou visuais do signo. Em contrapartida à tradição estoica, que tinha postulado a materialidade desse aspecto do signo, a contribuição revolucionária da semiótica de Port-Royal está na descrição do significante como imaterial, como idéia de uma tal coisa. Nesse caso, o signo verbal – o significante – não seria a expressão acústica da palavra pronunciada, mas a representação ou o modelo mental daquele som e daquela articulação no momento da recepção. Como esse significante mental “excita” um significado que é igualmente mental, o processo semiótico fica completamente confinado à mente, desde a recepção até a compreensão final do signo.

O futuro do mentalismo semiótico (comentário)

O modelo racionalista de signo concebido em Port-Royal foi importante para o futuro da semiótica porque antecipou precisamente um modelo diádico que exerceu grande ascendência na semiótica do nosso século, o modelo de Saussure. Para este,

o significante de um signo verbal qualquer não é também um som ou uma marca de lápis sobre um papel branco; é uma “imagem acústica” ou visual da palavra falada ou escrita.

É importante registrar, neste contexto, que o mentalismo semiótico de Port-Royal antecipou uma das correntes das ciências cognitivas – hoje conhecida pelo nome de “construtivismo radical” – que descreve o processo da comunicação como autopoietico, ou seja, um processo que é gerado por si mesmo. Teóricos desse construtivismo – como os biólogos H. R. Maturana e F. J. Varela (1972) – postulam que os signos percebidos por um observador nunca podem vir de fora da sua própria mente. Assim, todo o processo semiótico se dá num sistema fechado e exclusivamente mental; os signos não circulam entre fonte e recepção, limitando-se, assim, a uma auto-referencialidade.

Port-Royal estava longe de um construtivismo tão radical, mas é oportuno ressaltar que sua concepção de signo também não estabelece vínculos com uma mente exterior, limitando-se a uma conexão entre duas idéias numa mesma mente.

Entre Racionalismo e Empirismo

Antes de passar a Locke e o empirismo britânico, é necessário ao menos mencionar mais um tema e alguns filósofos semióticos desse período que, apesar de importantes na história da semiótica, não podem ser discutidos em detalhes neste rápido panorama da semiótica. Tais filósofos são G. W. Leibniz (1646-1716) e Francis Bacon (1561-1626) e o tema é a procura de uma língua universal por George Dalgarno e John Wilkins, entre outros.

Leibniz não só estudou uma grande variedade de signos e assuntos semióticos, mas sobretudo as regras para combiná-los tendo em vista um sistema racional de signos. Bacon, um cético semiótico, estudou os meios lingüísticos de “falsificar” as coisas no seu tratado *Idols of the marketplace* (*Novum organum* I, 43).

Também foi ele quem descobriu, em 1605, a possibilidade de codificar economicamente o alfabeto, substituindo-o por um código binário, no qual dois elementos (a e b) são usados para substituir as 25 letras do alfabeto com combinações do tipo A = aaaaa, B = aaaaab, C = aaaba, D = aaabb (*De Augm. Scient.* VI.1). De certo modo, essa idéia está nas origens da teoria da informação.

Locke e o Empirismo britânico

No quadro do empirismo britânico dos séculos XVII e XVIII, encontramos idéias semióticas nas obras de Hobbes, Locke, Berkeley e David Hume.

Hobbes (1588-1679)

Thomas Hobbes (1655: 2.5) elaborou uma definição diádica e materialista do signo verbal ao escrever que “os nomes são signos das nossas concepções e não das coisas mesmas”. Se os signos não podem se referir ao mundo, mas apenas a outros conceitos dele derivados, o processo de semiose irá se desenvolver numa rede de tramas mentais, que Peirce, mais tarde, denominaria “semiose ilimitada”.

Hobbes evidenciou ainda um modelo associacionista bastante unilinear de semiose ao salientar que, na associação dum acontecimento antecedente com um evento conseqüente, um é signo do outro.

Berkeley (1685-1753)

George Berkeley radicalizou a teoria diádica do signo no quadro do seu nominalismo e idealismo ontológico. A matéria do

mundo, para ele, não participa do processo de semiose; as nossas sensações do mundo são “idéias impressas nos sentidos” e não existem a não ser na mente de quem as percebe. O “ser” delas é o ser percebido: *Esse est percipi* (Berkeley, 1710: §3).

Uma das conseqüências dessa visão tão radical do mundo está no fato de que todos os processos que se desenvolvem no mundo são interpretados como processos de semiose. Em vez de promover relações entre causas e efeitos, Berkeley vê apenas relações entre “signos” e “coisas significadas”. Assim, o barulho que ouvimos não é causado pelo movimento dos carros na rua mas é tão-somente um signo deles. Dessa forma, todo o mundo natural aparece permeado de signos, tal como diria Peirce mais tarde.

Locke (1632-1704)

John Locke é a principal figura da história da semiótica de sua época. Já nos referimos a ele no contexto da história terminológica da semiótica (p. 21) e no contexto da relação entre a semiótica e as demais ciências (p. 34). Porém, apesar da enorme importância de suas idéias, o aspecto inovador de sua obra não é tão grande quanto poderia parecer.

Locke (1690: § 4.21.4) descreveu os signos como “grandes instrumentos de conhecimento” e distingue duas classes de signos: as idéias e as palavras. As idéias são os signos que representam as coisas na mente do contemplador; as palavras não representam nada “senão as idéias na mente da pessoa que as utiliza”. Palavras, portanto, são os signos das idéias do emissor.

Porém, se as palavras fossem apenas signos de idéias e as idéias fossem apenas signos de coisas, a comunicação humana não seria realmente possível. Locke (1690: §3.2.4), entretanto, não admitiu que as palavras são também signos “das idéias na mente das outras pessoas com as quais nos comunicamos”. Como idéias são signos – e palavras são signos de idéias –, palavras, na definição

de Locke, são signos de signos, ou, como diríamos hoje, meta-signos.

A separação categórica entre dois níveis semióticos – idéias e palavras – implica problemas sérios do ponto de vista da semiótica geral. Hoje sabemos que as idéias – ou significados ligados às palavras – em muitos aspectos não são independentes das palavras que as designam. A significação das palavras não vem (ou não vem apenas) da percepção das coisas, como Locke sugeriu, mas também do sistema da linguagem que gera as diferenças entre as palavras. Esta idéia é central para a semiótica lingüística desde Saussure.¹⁵

A imagem que Saussure (1916: 131) usou para descrever a relação entre palavra e idéia foi a imagem da relação indissociável entre o anverso e o verso de uma folha de papel; no anverso temos o significante de Saussure ou a palavra de Locke, no verso temos o significado ou a idéia. Não se pode separar o anverso do verso de uma folha sem que se perca o conjunto. Uma metáfora que corresponderia ao modelo de Locke seria o símile de um sanduíche: a fatia de baixo é a idéia, que permanece mesmo se a fatia de cima – a palavra – for retirada.

Iluminismo

Da semiótica no século das luzes, este panorama pode só escolher alguns capítulos do iluminismo francês, poucos apontamentos sobre o iluminismo alemão e uma digressão curta sobre Vico.

15. Winfried Nöth. *A semiótica no século XX*. São Paulo, Annablume, 1996, p. 35.

Temas e ciências vizinhas

Os grandes temas semióticos do século XVIII foram discutidos nas áreas da epistemologia, da hermenêutica e de uma nova ciência que, junto com a semiótica, começou apenas nesse século a estabelecer-se explicitamente, a estética.

O tema principal da epistemologia semiótica foi o papel dos signos nos processos da percepção e a gênese dos signos. A hermenêutica – arte geral da interpretação – enfatizou o papel dos signos no processo de compreensão dos textos. A estética teve como temática principal o papel dos signos naturais e artificiais ou arbitrários na percepção do belo.

A estética foi primeiramente estabelecida por Alexander Gottlieb Baumgarten num livro de 1750. O termo grego *aísthesis*, do qual estética é derivado, significa “percepção dos sentidos”. De acordo com esse sentido, Baumgarten definiu a estética como a ciência da cognição perceptiva (*scientia cognitionis sensitivae*), em contraposição à lógica, definida como “ciência do conhecimento racional”. É interessante ver que a especialização da ciência geral da percepção inaugurada por Baumgarten ligava-se diretamente a um ramo da lógica que ele denominava “semiótica”. Em sua definição, essa semiótica devia tratar de *signis pulchrae cogitatorum et dispositorum*: dos signos belos na cognição e na disposição.

Vico (1668-1774)

Antes de começarmos a tratar dos protagonistas da filosofia semiótica da Idade das Luzes, é necessário introduzir brevemente algumas informações sobre um pensador do século XVIII, cuja obra constituiu uma significativa contribuição para o passado e o futuro da semiótica, embora suas idéias não mantivessem a essência do programa principal dos iluministas: a confiança no progresso e na razão, desafiando a autoridade e a tradição.

O que o napolitano Giambattista Vico, em sua obra *Nuova Scienza*, de 1725, tem em comum com os iluministas da segunda metade desse século é a base evolucionista e não-cartesiana de suas idéias. As diferenças residem não apenas nos métodos extremamente especulativos, mas também na sua simpatia pelos ritos e mitos arcaicos, assunto que só viria a despertar interesses maiores nos séculos XIX e XX.

Os temas de maior relevo semiótico na *Nuova Scienza* são a poesia, o mito, a metáfora, a língua e a evolução dos signos da humanidade. Vico acreditava em uma “história ideal e eterna”, na qual a humanidade teria passado por três fases de desenvolvimento: era divina, era heróica e era humana. Essas três fases ocorrem em ciclos que podem resultar em fases de retrocesso a estágios anteriores do desenvolvimento.

Para Vico, durante a era divina, os homens acreditavam que tudo fosse deus ou criado por um deus. Seria, pois, a época da *semiose ritual*, marcada por “atos religiosos mudos ou cerimônias divinas”. Antes de desenvolver a *linguagem articulada*, os homens se comunicavam por meio de *hieróglifos divinos*, ou expressavam-se por meio de gestos ou objetos físicos que tivessem relações naturais com as idéias. A linguagem falada ter-se-ia desenvolvido, então, a partir da *onomatopéia* e das *interjeições*; era “uma linguagem com significações naturais”.

Durante a era heróica, o modo dominante de comunicação deu-se por meio de emblemas visuais, brasões, insígnias e outros signos de posse material. Idéias abstratas foram expressas na forma antropomórfica de heróis míticos. O significado de herói, por exemplo, era expresso pelo herói mítico Aquiles.

Ambas as eras foram períodos de sabedoria poética e as pessoas que nelas viveram foram autênticos poetas. Para Vico, portanto, poesia, metáfora e mito são formas arcaicas de pensamento.

A terceira era – a era dos homens – foi também a idade da razão e da civilização. Os signos, agora arbitrários, literais e

abstratos, fazem com que entrem em declínio a poesia e a imaginação. Porém, seria errôneo pensar que somente essa era teve acesso à verdade. Vico postulou que as mitologias antigas não são meras ficções ou mesmo distorções da realidade, mas expressões poéticas precoces da sabedoria humana. A consequência (Vico, 1725: §51) é que

a primeira ciência a ser aprendida deveria ser a mitologia ou a interpretação das fábulas, pois [...] todas as histórias dos gentis tiveram seu começo em fábulas.

Condillac e o sensualismo francês

Na Idade das Luzes os filósofos franceses desenvolveram uma outra forma de empirismo conhecido pelo nome de sensualismo.

Um novo elemento, na semiótica dessa época, foi a tentativa de interpretação genética do processo da semiose. O sensualista Etienne Bonnot de Condillac (1715-1780), por exemplo, foi o autor de *Essai sur L'origine des connaissances humaines*, obra em que descreve a semiose como um processo genético que começa em níveis primitivos e chega até níveis mais complexos. O mais primitivo deles, o ponto de partida para o conhecimento, é a sensação, a experiência sensual imediata; os níveis seguintes, pela ordem, são percepção, consciência, atenção, reminiscência, imaginação, interpretação, memória e reflexão.

O fundamento básico dessa interpretação psicogenética da cognição está na convicção de que "o uso dos signos é o princípio que revela a fonte de todas as nossas idéias" (Condillac, 1746: introd.).

Condillac distinguiu também três categorias de signos:

- a) signos causais, que estabelecem conexões entre objetos e algumas de nossas idéias por meio de circunstâncias particulares;

- b) signos naturais, signos que "a natureza estabeleceu" para expressarmos sentimentos como o medo, a alegria, a dor etc.; e
c) signos por instituição, aqueles "que escolhemos e que só têm uma relação arbitrária com as nossas idéias".

Na gênese da cognição, considerando a escala que vai das sensações às reflexões, o signo só aparece ao nível da reminiscência. É apenas nesse estágio que começam a surgir os signos casuais (ou acidentais) e naturais. Antes de se chegar à reminiscência, a cognição se processa pré-semioticamente. Tal divisão é uma das primeiras tentativas de se estabelecer, na história da semiótica, o limiar dos signos, como reconhecerá U. Eco, mais tarde, no âmbito das pesquisas de uma semiótica genética.

A divisão entre signos naturais e institucionais constituirá, também, o limiar entre a semiótica animal e a semiose humana. Além dessas questões, a semiótica sensualista discutiu, sobretudo, a origem da língua e as fases do seu desenvolvimento.

Diderot: a comunicação não-verbal e estética

Nos estudos genéticos da semiose humana surgiram também idéias sobre a diferença entre a comunicação verbal e não-verbal. O enciclopedista Diderot (1713-1784) tratou desse assunto nas suas obras *Lettres sur les aveugles* (1749) e *Lettre sur les sourds et muets* (1751).

As idéias que desenvolveu foram revolucionárias se comparadas com aquelas desenvolvidas pelo racionalismo cartesiano. Diderot afirmou que a linguagem dos gestos não é só mais expressiva como também mais lógica que a linguagem verbal. A razão desse argumento surpreendente prende-se à linearidade temporal dos fonemas na expressão verbal, que acarreta uma estrutura unidimensional. Já a linguagem dos gestos é tridimensional, como a realidade do mundo.

Diderot concluiu que a representação tridimensional corresponde necessariamente mais à realidade do que as demais representações unidimensionais, como a linguagem. Portanto, podemos concluir que, para Diderot, a linguagem provoca uma distorção da realidade.

O argumento da superioridade da comunicação não-verbal insere-se numa teoria semiótica mais geral desenvolvida no âmbito da estética do século XVIII: a teoria da mimese, da representação por signos icônicos, mais próximos ao mundo representado. Argumentava-se, nessa época, que os signos icônicos e os signos naturais são meios de representação semiótica e esteticamente superiores aos signos arbitrários. Assim, o mais icônico e natural dos signos é também o mais belo.

O teórico semiótico da estética G. E. Lessing (1729-1781), por exemplo, concluiu, a partir desse argumento, que o teatro é a forma mais estética de todas as artes por ser mais icônico que a poesia e a pintura.

A semiótica genética dos ideólogos

Outras idéias semióticas do século das luzes vieram de um grupo de filósofos da época da Revolução Francesa chamado os ideólogos. O programa desses filósofos, porém, não foi nada ideológico, no sentido que hoje atribuímos a esse termo. Ideologia, para eles, era “o estudo das origens das idéias”, constituindo uma ciência sem preconceitos metafísicos e religiosos.

Em 1795, o Instituto Nacional da França promoveu um concurso entre os intelectuais da época sobre o tema *A influência dos signos na faculdade de pensar*. O ideólogo Marie-Joseph Degérando (1772-1842) foi premiado com o seu tratado *Des signes et de l'art de penser*. Nessa obra, Degérando desenvolveu a semiótica sensualista propondo um modelo semiogenético que distingue dois limiares semióticos entre três níveis no processo da

semiose. No nível mais baixo aparecem apenas as sensações, que ainda não são reconhecidas como signos mas como condição prévia à existência das representações. O limiar entre as sensações, que ainda não são signos e aquelas que pertencem ao primeiro nível dos signos, corresponde a um estado de conexão da sensação com a idéia. Um signo é, portanto, “qualquer sensação que acarreta uma idéia em nós, por causa da associação que existe entre elas” (Degérando, 1800: I, 63).

Há signos em dois níveis de semiose: signos prelingüísticos e signos lingüísticos. Na passagem do primeiro para o segundo, estão os signos indicativos e naturais. Assim, o cheiro de uma rosa (pura sensação) evoca a idéia de sua cor e de sua forma. Degérando afirmava que os signos nesse nível ainda não são capazes de comunicar e usa a metáfora dos “signos mudos” para deixar claro que tais signos são causados por fatores externos.

A diferença entre os níveis está no fato de que os signos prelingüísticos e naturais chamam nossa atenção para eles mesmos quando evocam idéias, ao passo que os signos lingüísticos desviam nossa atenção para as idéias que evocam. Tal referência à atenção para o signo contém os rudimentos de uma distinção mais profundamente elaborada pela teoria fenomenológica dos signos de Husserl que, posteriormente, influenciaria Jakobson e a semiótica de Praga no século XX.

Semiótica do Iluminismo alemão

A semiótica do iluminismo alemão começou com a teoria dos signos de Christian Wolff (1679-1754), elaborada num capítulo denominado De Signo, parte de sua obra *Philosophia prima*, de 1720. Sua definição e tipologia do signo, entretanto, têm mais ligação com o passado do que com o futuro da semiótica.

Na obra de Johann Heinrich Lambert (1728-1777), autor do primeiro tratado da teoria geral do signo intitulado *Semiótica*

(1746), encontramos também um esclarecimento sobre as fronteiras entre o pré-semiótico e o semiótico: abaixo desse limiar há sensações que não podem ser repetidas voluntariamente; acima, há produção de signos com cognição simbólica, único estágio que permite a reiteração das sensações necessárias para atingir clareza na cognição. Sem a reiteração, as sensações ficam irremediavelmente obscuras e indistintas. Esse é um tema típico da semiótica do iluminismo: o papel dos signos na clarificação das idéias obscuras. Para resolver a questão, Lambert indicou a cognição simbólica como "instrumento indispensável do pensamento".

Na sua investigação semiótica, Lambert distinguia quatro tipos de signos: naturais, arbitrários, meras imitações e representações. "Representações", para ele, são signos que representam por variados graus de similitude ou, como diríamos hoje, "iconicidade". Nas várias línguas, signos arbitrários e naturais fundem-se com mais uma categoria semiótica, que Lambert denominou "signos necessários".

Lambert explorou nada menos do que 19 sistemas sígnicos: de notas musicais, gestos, hieróglifos até signos químicos, astrológicos, heráldicos, sociais e naturais. Os critérios de investigação usados por ele são a arbitrariedade, a motivação, a necessidade, a sistematicidade e a autenticidade dos signos. Sob essas diretrizes, os sistemas sígnicos alcançam graus diferenciados de aproximação à realidade. O grau mais alto coincide com os signos científicos, que não só representam conceitos, mas também indicam relações de tamanha afinidade a ponto de assegurar que "a teoria das coisas e a teoria dos signos são permutáveis".

Com base nessa idéia otimista de homologia entre signos científicos e coisas está o ideal perseguido por Leibniz e outros pensadores desde o século precedente: a possibilidade de uma linguagem científica e universal, pela representação isomórfica das coisas do mundo. No desenvolvimento desse ideal, Lambert postulou que os signos científicos deveriam estar fundamentados numa teoria semiótica sem signos arbitrários, pois os signos são mais perfeitos

na medida em que contêm sinais de seu próprio sentido. A arbitrariedade deveria, pois, ser banida de uma linguagem científica universal ou os signos arbitrários deveriam ser aproximados aos naturais e necessários.

Ciência e arte

Nesse ponto, a época iluminista da semiótica nos leva a uma constatação surpreendente: a iconicidade – a correspondência entre signo e mundo – era o critério semiótico principal para duas formas de expressão cultural tantas vezes consideradas contrárias, a ciência e a arte. Em ambos os setores os iluministas viram a possibilidade de se atingirem níveis mais altos de perfeição por meio de signos que representem coisas por aproximação icônica. Esse ponto de vista aproxima arte e ciência como irmãs gêmeas.

Para concluir a apresentação da semiótica iluminista, não se pode deixar de fazer uma referência ao filósofo alemão Gottfried Herder (1744-1803), que explicitamente enfatizou as afinidades entre poesia e linguagem científica ideal. Numa passagem de 1768, Herder esboçou uma visão do futuro da semiótica que faz pressentir o período romântico e que é, em si mesma, um exemplo da aplicação da linguagem poética ao discurso científico, sem demandar mais comentários:

Existe um simbolismo comum para toda a humanidade – um grande tesouro no qual o conhecimento que pertence a toda a humanidade está guardado. A maneira autêntica de falar, da qual ainda não tenho conhecimento, é a chave para esse tesouro escondido. Quando a chave for conhecida, vai abrir o tesouro e trazer luzes para dentro dele, mostrando-nos, assim, os seus valores. Isto seria a semiótica que, agora, só

podemos entender nos registros de nossas enciclopédias filosóficas: o deciframento da alma humana através da linguagem (Herder, 1768: 13).

SEMIÓTICA NO SÉCULO XIX

Os poucos apontamentos de que dispomos sobre a semiótica do século XIX começam com a idade do romantismo (ca. 1790-1830). Símbolo e imagem são as noções centrais da semiótica desse período. Na área do idealismo filosófico, J. G. Fichte (1762-1814), por exemplo, revelou a importância das imagens na cognição e defendeu a tese neoplatônica de que “o sistema de conhecimentos é necessariamente um sistema de meras imagens sem nenhuma realidade, significação e finalidade” (cf. Oehler, 1981: 78).

Outro retorno ao passado da semiótica pode ser encontrado na visão de mundo do poeta Novalis (1772-1801). Novalis, que descreveu a teoria dos signos como “assunto central de uma filosofia autêntica”, faz lembrar a doutrina renascentista das “assinaturas das coisas” quando afirma que “o universo fala” que “todas as coisas são mutuamente sintomas umas das outras” (cf. Haller, 1959: 136).

Dentre os grandes filósofos do século XIX, G. W. F. Hegel (1770-1831) foi um dos que definiram as fronteiras semióticas introduzindo distinções entre signos e símbolos: por baixo do limiar hegeliano do signo temos meras percepções, “a matéria dos quais é imediatamente presente (como a cor do cocar)” (1830: § 458).

Hegel acreditava que, como uso de signos, a percepção não é “avaliada positivamente e por si mesma, mas como a representação de outra coisa”. O signo é, portanto, “uma percepção imediata que representa um conteúdo bem diferente daquele que tem em si mesmo” (*ibidem*).

Hegel (1830: § 458) distinguiu símbolos de (outros) signos segundo o critério da arbitrariedade: o símbolo é “uma percepção que, pela sua natureza própria, é mais ou menos o conteúdo que manifesta”. Nos demais signos, pelo contrário, o conteúdo perceptivo e o conteúdo do significado não têm nenhuma relação. Em contraposição à semiótica iluminista, Hegel considerava os signos arbitrários como mais idôneos à comunicação. Com tais signos, diferentemente dos símbolos, diz Hegel, a inteligência é mais leve e tem melhor controle no uso e na percepção.

Dos demais protagonistas da semiótica do século XIX, mencionaremos brevemente Humboldt, Bolzano e Lady Welby.

Wilhelm von Humboldt (1767-1835) é figura central para a semiótica da linguagem. O princípio da relatividade lingüística – mais tarde radicalizado por B. L. Whorf – que mostra a influência das diferenças estruturais entre as várias línguas do mundo sobre a cognição humana é uma das idéias que provém de Humboldt. Outras são a diferença entre substância e forma e a diferença entre o sistema e os processos dinâmicos do uso (*érgon e enérgeia*) da linguagem.

Bernard Bolzano (1781-1848) continuou a tradição da semiótica propriamente dita num grande tratado sobre a doutrina dos signos, obra de 1837. Nela encontramos, por exemplo, uma investigação sobre o “aperfeiçoamento ou a utilidade dos signos” na qual são relacionadas nove vantagens do uso dos signos na descoberta da verdade e 13 regras para o uso e a invenção de signos. Entre as idéias semióticas de Bolzano, que nos parecem arcaicas do ponto de vista da semiótica moderna, destacam-se duas teses: 1) é possível pensar sem signos; e 2) existem signos em si mesmos, independentemente de sua atualização.

Lady Victoria Welby (1837-1912) é conhecida pela sua correspondência com Charles S. Peirce e pelos livros *What is meaning* (1903) e *Significs and language* (1911). A ciência do significado e da comunicação – que ela denominou *significs* – deixou certa influência no famoso livro *The Meaning of Meaning* (1923), de C. K. Ogden e I. A. Richards, e continuou a exercer grande influência até meados do século XX num movimento semiótico dos Países Baixos que se chamou Significs. Charles S. Peirce, porém, o correspondente de Lady Welby e maior figura da semiótica dessa época, merece ser estudado em capítulo à parte neste panorama da semiótica.

III

A SEMIÓTICA
UNIVERSAL
DE PEIRCE

Charles Sanders Peirce (1839-1914) – cujo nome se pronuncia como a palavra inglesa *purse* e não como *pierce* – é, sem dúvida, o mais importante dos fundadores da moderna semiótica geral. De sua imensa obra – que percorre todas as áreas da filosofia e, além disso, quase todas as ciências do seu tempo – trataremos, nesse panorama histórico, apenas de introduzir três assuntos de interesse especial para o estudo da semiótica geral e aplicada: a sua visão semiótica universal do mundo, sua definição e sua classificação dos signos.

VISÃO PANSEMIÓTICA DO MUNDO

O ponto de partida da teoria peirceana dos signos é o axioma de que as cognições, as idéias e até o homem são essencialmente entidades semióticas. Como um signo, uma idéia também se refere a outras idéias e objetos do mundo. Assim, tudo sobre o que refletimos tem um passado (Peirce, *Collected Papers*, 5.253).¹⁶

Mas Peirce foi mais longe ao concluir que "o fato de que toda idéia é um signo junto ao fato de que a vida é uma série de idéias prova que o homem é um signo" (CP, 5.314). Essa interpretação semiótica do homem e da cognição tem uma dimensão presente, passada e futura: *Conhecimento*

O homem denota qualquer objeto de sua atenção num momento dado. Conota o que conhece ou sente sobre o objeto e é também a encarnação desta forma ou espécie inteligível; o seu inter-

16. Os números, nas citações extraídas do *Collected Papers* – CP, referem-se, respectivamente, aos volumes e aos parágrafos.

pretante é a memória futura dessa cognição, o seu "eu" futuro ou uma outra pessoa à qual se dirige, ou uma frase que escreve, ou um filho que tem (CP, 7.591).

Peirce tem, portanto, uma visão pansemiótica do universo. Na sua interpretação, signos não são uma classe de fenômenos ao lado de outros objetos não-semióticos. Ao contrário, "o mundo inteiro está permeado de signos, se é que ele não se componha exclusivamente de signos" (CP, 5.448). A semiótica derivada de tal visão do signo se reveste de um caráter universal que Peirce (1977: 85), numa correspondência famosa com Lady Welby (23.12.1908), assim descreveu:

Nunca esteve em meus poderes estudar qualquer coisa – matemática, ética, metafísica, gravitação, astronomia, psicologia, fonética, economia, a história da ciência, jogo de cartas, homens e mulheres, vinho, metrologia – exceto como um estudo de semiótica.

AS TRÊS CATEGORIAS UNIVERSAIS

Filósofos desde Aristóteles têm perseguido o projeto ambicioso de encontrar um número limitado de categorias que servisse de modelo capaz de conter a multiplicidade dos fenômenos do mundo. Espaço e tempo, por exemplo, são dois tipos de fenômenos que foram considerados como categorias por serem imediatíveis a outros fenômenos na nossa experiência. Aristóteles conseguiu classificar dez categorias; Kant elaborou 12, todas com base no seu sistema filosófico. Numa redução radical das listas categóricas do passado, Peirce desenvolveu uma fenomenologia de apenas três categorias universais que chamou de *Firstness*, *Secondness* e *Thirdness*, traduzidas por primeiridade, secundidade e terceiridade.

Primeiridade é a categoria do sentimento imediato e presente das coisas, sem nenhuma relação com outros fenômenos do mundo. Na definição de Peirce, "primeiridade é o modo de ser daquilo que é tal como é, positivamente e sem referência a outra coisa qualquer" (CP, 8.328).

É a categoria do sentimento sem reflexão, da mera possibilidade, da liberdade, do imediato, da qualidade ainda não distinguida e da independência (CP, 1.302-303, 1.328, 1.531).

Secundidade começa quando um fenômeno primeiro é relacionado a um segundo fenômeno qualquer (CP, 1.356-359). É a categoria da comparação, da ação, do fato, da realidade e da experiência no tempo e no espaço: "Ela nos aparece em fatos tais como o outro, a relação, compulsão, efeito, dependência, independência, negação, ocorrência, realidade, resultado".

Terceiridade é a categoria que relaciona um fenômeno segundo a um terceiro (CP, 1.337/ss): "É a categoria da mediação, do hábito, da memória, da continuidade, da síntese, da comunicação, da representação, da semiose e dos signos".

A base do signo é, portanto, uma relação triádica entre três elementos, dos quais um deve ser o fenômeno da primeiridade, outro de secundidade e o último de terceiridade. Quais são esses três constituintes no signo e na semiose?

SIGNO, SEMIOSE E SEMIÓTICA

Peirce aplicava terminologia idiossincrática nos seus estudos do signo. Numa fase pré-terminológica, referiu-se aos três constituintes do signo simplesmente como signo, coisa significada e cognição produzida na mente (CP, 1.372). Na terminologia que adotou mais tarde, o representamen é o primeiro que se relaciona a um segundo, denominado objeto, capaz de determinar um terceiro, chamado interpretante:

Um signo ou representamen, é tudo aquilo que, sob um certo aspecto ou medida, está para alguém em lugar de algo. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo mais desenvolvido. Chamo este signo que ele cria o interpretante do primeiro signo. O signo está no lugar de algo, seu objeto. Está no lugar desse objeto, porém, não em todos os seus aspectos, mas apenas com referência a uma espécie de idéia (CP, 2.228).

O relacionamento do signo com os seus três componentes é assunto de relevância central nessa definição. O signo não é uma classe de objetos, mas a função de um objeto no processo da semiose. ^{Significação} O signo, portanto, tem sua existência na mente do receptor e não no mundo exterior: "Nada é signo se não é interpretado como signo" (CP, 2.308).

A interpretação de um signo é, assim, um processo dinâmico na mente do receptor. Peirce (CP, 5.472) introduziu o termo semiose para caracterizar tal processo, referido como "a ação do signo". Também conceituou semiose como "o processo no qual o signo tem um efeito cognitivo sobre o intérprete" (CP, 5.484).

Por isso, para definir a semiótica peirceana é preciso dizer que não é bem o signo, mas é a semiose que é seu objeto de estudo. Numa de suas definições, Peirce diz que "semiótica é a doutrina da natureza essencial e variedades fundamentais de semiose possível" (CP, 5.488).

O termo semiose foi por ele adaptado de um tratado do filósofo epicurista Filodemo. Em outra definição, onde usou a palavra grega, ele dizia: "semeiosis significa a ação de quase qualquer signo, e a minha definição dá o nome de signo a qualquer coisa que assim age" (CP, 5.484).

O representamen do signo

Representamen é o nome peirceano do "objeto perceptível" (CP, 2.230) que serve como signo para o receptor. Outros semioticistas têm-se referido a esse correlato do signo com termos distintos, tais como símbolo (Ogden & Richards), veículo do signo (Morris), significante (Saussure) ou expressão (Hjelmslev). Para os estoícos era o *semainon* do signo.

Notamos, porém, que na terminologia semiótica há uma grande confusão entre esse correlato como um dos componentes do signo e o signo mesmo na sua totalidade, seja triádica ou diádica.

A distinção terminológica entre essas duas perspectivas parciais ou totais do signo é muitas vezes descuidada, a ponto de alguns autores usarem o termo signo no sentido do representamen peirceano e, outras vezes, no sentido do signo na sua totalidade. Peirce mesmo não foi sempre conseqüente ao observar essa diferença. Na definição citada mais acima ele se refere ao "signo ou representamen" sem distingui-los.

Voltemos, porém, à definição deste "objeto perceptível" chamado representamen. Ele é, segundo Peirce afirmava, "o veículo que traz para a mente algo de fora". É, assim, o signo considerado do ponto de vista "da sua própria natureza material" ou "como é em si mesmo".

O objeto

Segundo correlato do signo, o objeto corresponde ao referente, à coisa (*prágma*) ou ao *denotatum* em outros modelos do signo, numa correspondência que é só aproximativa.

Objetos reais e mentais

Conforme Peirce, o objeto pode ser "uma coisa material do mundo", do qual temos um "conhecimento perceptivo" (CP, 2.230), mas também pode ser uma entidade meramente mental ou imaginária "da natureza de um signo ou pensamento" (CP, 1.538). Peirce até distingue uma terceira possibilidade do "ser" do objeto, além do perceptível e do imaginável: algo que é "inimaginável num certo sentido". Uma ilustração desse terceiro modo de ser do objeto é a seguinte:

A palavra "estrela", que é um signo, não é imaginável, dado que não é esta palavra em si

mesma que pode ser transposta para o papel ou pronunciada, mas apenas um de seus aspectos, e sendo a mesma palavra quando escrita e quando pronunciada, no entanto é uma palavra específica quando significa "astro com luz própria", outra totalmente distinta quando significa "artista célebre" e uma terceira quando se refere à "sorte" (CP, 2.230).

O objeto pode ser "uma coisa singular existente" (CP, 2.232) ou uma classe de coisas:

O signo pode apenas representar o objeto e falar sobre ele; não pode proporcionar familiaridade ou reconhecimento desse objeto [...] O objeto do signo pressupõe uma familiaridade a fim de veicular alguma informação ulterior sobre ele (CP, 2.331).

Objeto imediato e objeto dinâmico

Peirce reconheceu duas espécies de objeto: o objeto imediato e o objeto mediato, real ou dinâmico.

O objeto imediato é o "objeto dentro do signo", o objeto "como o signo mesmo o representa e cujo ser depende, portanto, da representação dele no signo" (CP, 4.536). É, dessa forma, uma representação mental de um objeto, quer exista ou não o objeto.

O objeto mediato, real ou dinâmico é "o objeto fora do signo"; é "a realidade que, de uma certa maneira, realiza a atribuição do signo à sua representação" (CP, 4.536). Esse segmento da realidade, também chamado objeto real, é mediato e dinâmico porque só pode ser indicado no processo da semiose. O objeto dinâmico é, portanto, "aquilo que, pela natureza das coisas, o signo não pode exprimir e só pode indicar, deixando para o intérprete descobri-lo por

experiência colateral" (CP, 8.314). Tal definição parece estar baseada num realismo ontológico, mas, de fato, a filosofia semiótica de Peirce ultrapassou a dicotomia entre o realismo e o idealismo. Num outro contexto, Peirce exprimia dúvidas sobre a realidade ontológica do objeto dinâmico, que também chamava objeto real, dizendo: "Talvez o objeto seja inteiramente fictício" (CP, 8.314).

Objeto e auto-referência

Como o objeto é algo "que o signo representa", deveria ser, pois, uma entidade diferente daquela que o representa, ou seja, o representamen. Existe, porém, o caso excepcional de um signo que se refere a si mesmo (CP, 2.230). Hoje a semiótica discute tais signos sob o nome de signos auto-referenciais. Em tais signos, o representamen e o objeto são a mesma entidade. O caso contrário caracteriza os signos que se referem a um objeto diferente do representamen – também denominados signos alo-referenciais. Peirce fornece dois exemplos, um sobre a representação teatral e outro sobre a cartografia:

Assim, nada impede que um ator que represente uma personagem num drama histórico ostente relíquias que deveriam ser apenas representadas, tais como o crucifixo que Richelieu ergue com tal efeito em sua rebeldia. Num mapa de uma ilha colocado sobre o chão dessa mesma ilha deve haver, em condições normais, alguma posição, algum ponto assinalado ou não que representa idêntica posição no mapa, o mesmíssimo ponto qua posição na ilha (CP, 2.230).

Os exemplos peirceanos de auto-referência parecem bem excepcionais. Mas é na Semiótica da Cultura que o princípio de

auto-referencialidade tem mais relevo geral do que parece. No teatro do modernismo, as revoluções estéticas do Living Theater e Happening¹⁷ nos anos 60 e 70 – com a sua mistura programática da representação teatral ou ficcional, com uma nova forma de “apresentação” imediata, espontânea e “real”, para quebrar os códigos da tradição representacional – demonstra um aumento de auto-referencialidade num contexto de alo-referencialidade.

É bom lembrar que a idéia do signo auto-referencial está no centro de uma tradição da estética que, desde Santo Agostinho e Kant, reclamava o signo estético como referente de si mesmo.

No que concerne à cartografia, é interessante notar que a idéia da auto-referencialidade nos signos cartográficos foi desenvolvida de uma maneira de um lado mais radical e, do outro, menos séria – por um contemporâneo de Peirce e docente de lógica em Oxford, Charles Dodgson, autor do famoso *Alice in wonderland*, escrito sob o pseudônimo de Lewis Carroll. No capítulo 11 do seu romance *Sylvie and Bruno Concluded*, Carroll retratou um professor alemão de geografia que tinha a idéia de desenvolver um mapa de uma ilha que deveria ser uma representação ponto a ponto do território. A desvantagem de um tal mapa completamente auto-referencial foi logo percebida pelos lavradores, pois o mapa ideal cobriria todas as suas terras e assim impossibilitaria que a luz chegasse às plantas, matando-as. Revoltados, os lavradores resolveram usar a terra mesma como um mapa de si mesma. Em vez da auto-referencialidade num só ponto – como no mapa de Peirce – os mapas de Carroll exemplificariam a auto-referencialidade levada ao extremo, em todos os pontos.

Depois de Peirce e Carroll, o tema da auto-referencialidade cartográfica foi também resumido no quadro da semântica geral de A. Korzybski, autor de *Science and sanity* (1933). Num dos seus princípios semânticos – que chamava o princípio de auto-

17. Cf. Winfried Nöth, *Strukturen des Happenings*, Hildesheim, New York, Olms, 1972.

referencialidade (*self reflexivity*) – disse: “O mapa ideal contém o mapa do mapa etc.”. Korzybski afirmou este princípio para demonstrar a necessidade de distinção entre sistemas semióticos e metassemióticos.

Para concluir esta digressão sobre signos que têm seus objetos em si mesmos, vale lembrar a discussão prévia sobre o construtivismo radical (p. 40) e seu princípio da auto-*poiesis*, que também implica uma forma de auto-referencialidade. O tema poderia ser, inclusive, estendido à crítica da sociedade consumista do pós-estruturalismo à Baudrillard (p. ex, 1976), onde também encontramos a idéia de auto-referencialidade incrustada na sociedade pós-industrial do Primeiro Mundo, cujos valores não possuem justificativas fora de si, mas reproduzem-se e criam-se permanentemente seguindo as estruturas do sistema cultural que os gera.

O interpretante e a semiose limitada

O terceiro correlato do signo, que Peirce denominou interpretante, é a significação do signo. Algumas vezes Peirce também fala de *significance* (CP, 8.179), significado, ou interpretação (CP, 8.184) do signo.

Definição do interpretante

Peirce deu uma definição pragmática da significação quando definiu o interpretante como o “próprio resultado significante”, ou seja, “efeito do signo” (CP, 5.474-475), podendo também ser “algo criado na mente do intérprete” (CP, 8.179). Em conformidade com sua teoria de que as idéias são signos e com a sua visão da interpretação como processo de semiose, também definiu o interpretante como signo:

Um signo dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Chamo o signo assim criado o interpretante do primeiro signo (CP, 2.228).

Semiose ilimitada

Como cada signo cria um interpretante que, por sua vez, é representante de um novo signo, a semiose resulta numa “série de interpretantes sucessivos”, *ad infinitum* (CP, 2.303, 2.92). Não há nenhum “primeiro” nem um “último” signo neste processo de semiose ilimitada. Nem por isso, entretanto, a idéia de semiose infinita implica um círculo vicioso. Ao contrário, refere-se à idéia muito moderna de que “pensar sempre procede na forma de um diálogo – um diálogo entre várias fases do ego – de maneira que, sendo dialógico, se compõe essencialmente de signos” (CP, 4.6). Como “cada pensamento tem de dirigir-se a um outro” (CP, 5.253), o processo contínuo de semiose (ou pensamento) só pode ser “interrompido, mas nunca realmente finalizado” (CP, 5.284).

Na vida cotidiana, devido às exigências práticas, as séries de idéias não continuam, de fato, *ad infinitum*, mas tecnicamente a seqüência da semiose é sempre possível.

Digressão: a idéia da circularidade hermenêutica

A idéia da semiose ilimitada que ocorre na forma de um diálogo permanente assemelha-se, sob certos aspectos, a uma circularidade hermenêutica no processo dialógico entre o eu e o outro: o eu se torna outro e o novo outro, por sua vez, se torna eu novamente, e assim por diante. Além disso, o nosso repertório de signos – ao menos ao nível do vocabulário – é limitado e, por isso, temos que, no processo da semiose verbal, recorrer a signos anteriormente empregados.

Na hermenêutica – a teoria da interpretação de textos –, a idéia de uma circularidade semiótica foi desenvolvida no âmbito do modelo clássico do círculo hermenêutico por Wilhelm Dilthey, em 1900. A tese central de Dilthey dizia que, no processo da leitura de um texto, o sentido global nunca se desenvolve simplesmente a partir da compreensão seqüencial de elementos que já tenham um sentido precedente ao texto ou que existam independentemente dele. Em verdade, as palavras – os elementos do texto – formam os seus sentidos antes da leitura de certas idéias, às vezes com base em preconceitos que já temos acerca do sentido global do texto.

O efeito desse processo na inferência do global sobre o elementar pode ser depreendido da relação entre um texto e o seu título: com a troca do título, a interpretação das palavras pode mudar de forma surpreendente. Na arte e na poesia de vanguarda do século XIX, tal efeito tem sido usado para criar a estética de estranhamento. Num antologia de poesias dos anos 60 intitulada *Found poems*,¹⁸ por exemplo, o autor inclui uma receita culinária, em cuja leitura, num novo contexto, o leitor e amante de poesia descobre estruturas muito diferentes daquelas que o cozinheiro encontra. Desaparece, pois, o sentido instrutivo e aparecem versos, ritmos, rimas e paralelismos (cf. Nôth, 1986).

Mais recentemente, Stanley Fish (1980), no seu artigo *Is there a text in this class*, ilustrou de outra forma esse processo. Num fragmento de um texto acadêmico apresentado aos seus alunos de poética, sem mais referências ao contexto original, só foi possível descobrir estruturas poéticas. Os alunos consideraram o texto como um poema bem feito.

O processo de interpretação textual não é, portanto, um processo que começa com signos autônomos e sentidos independentes para seguir até o mais alto nível do sentido global. O sentido

18. Ben Porter, *Found poems*, New York, Something Else Press, 1972.

elementar já contém traços do sentido global. Porém aí aparece a circularidade, uma vez que o sentido global também não pode existir sem os sentidos elementares.

Qual é, então, a relação entre a idéia peirceana de semiose ilimitada e o círculo hermenêutico? A circularidade hermenêutica entre o global e o elementar é um caso especial do processo dialógico que Peirce descreveu. A categoria peirceana também se refere a muitas outras formas de conexões entre idéias estabelecidas durante o processo da semiose. Mais perto da circularidade hermenêutica está outra teoria desenvolvida por Peirce: a teoria da abdução, o método de interpretar dados elementares por meio de hipóteses preliminares sobre leis que possam determiná-los.

Os três interpretantes

De acordo com o efeito do signo sobre a mente do intérprete e em conformidade com o seu sistema triádico, Peirce chegou a três classes maiores de interpretantes.

A primeira categoria – o interpretante imediato – corresponde à “qualidade da impressão que um signo é capaz de produzir, sem uma reação atual” (CP, 8.315). Conforme sua definição de primiridade, Peirce apresentou esse interpretante imediato como uma potencialidade do signo:

É o efeito inanalizado total que se calcula que um signo produzirá ou naturalmente poderia se esperar que produzisse, o efeito que o signo produz primeiro ou pode produzir sobre uma mente, sem nenhuma reflexão sobre ele mesmo.

O interpretante imediato é, desse modo, a “interpretabilidade peculiar” do signo “antes que ele chegue a um intérprete”.

A segunda categoria – o interpretante dinâmico – corres-

ponde ao “efeito direto realmente produzido por um signo sobre um intérprete, aquilo que é experimentado em cada ato de interpretação e é diferente, em cada ato, do efeito que qualquer outro poderia produzir”.

A terceira categoria – o interpretante final – está ligada à categoria do hábito e da lei:

É aquilo que seria finalmente decidido se a interpretação verdadeira e se a consideração do assunto fosse continuada até que uma opinião definitiva resultasse [...] aquele resultado interpretativo ao qual cada intérprete está destinado a chegar se o signo for suficientemente considerado (CP, 8.184).

O estudo das significações dos lexicógrafos seria, pois, o estudo de interpretantes finais.

A CLASSIFICAÇÃO PEIRCEANA DOS SIGNOS

Peirce desenvolveu uma tipologia elaborada de signos com base em uma classificação do representamen, objeto e interpretante, cada uma em três classes denominadas tricotomias. Considerando as possibilidades de combinar primeiridade, secundidade e terceiridade, chegou a um sistema de dez classes principais de signos.

Primeira tricotomia

Do ponto de vista do representamen, Peirce dividiu os signos com base nas três categorias fundamentais, segundo as quais "o signo em si mesmo será uma mera qualidade, um existente concreto ou uma lei geral" (CP, 2.243).

Na categoria da primeiridade, temos o quali-signo:

O quali-signo é uma qualidade que é um signo. Não pode, em verdade, atuar como um signo, enquanto não se corporificar (CP, 2.244).

Tão logo um signo se corporifica, passa a pertencer à classe de secundidade, do "existente concreto". Os signos desta classe são denominados sin-signos, por serem "signos singulares". Outro nome para os signos desta categoria é *token*. O representamen de um sin-signo é "uma coisa ou evento que existe atualmente" como um "signo singular" (CP, 2.245).

Na terceira classe dos signos considerados do ponto de vista do representamen e fundamentados nas leis gerais, temos os legi-signos:

Um legi-signo é uma lei que é um signo [...] Todo signo convencional é um legi-signo. Não é um objeto singular, mas um tipo geral sobre o qual há uma concordância de que seja significante (CP, 2.246).

Assim, cada palavra de uma língua é um legi-signo, mas, quando articulada numa frase particular, pode também aparecer como sin-signo. Peirce entende tais sin-signos, que são ocorrências de legi-signos, como "réplicas":

Todo legi-signo significa através de um caso de sua aplicação, que pode ser denominado réplica do legi-signo. Assim, a palavra "o", normalmente, aparecerá de quinze a vinte cinco vezes numa página. Em todas essas ocorrências, uma e a mesma palavra é o mesmo legi-signo; cada uma das suas ocorrências singulares é uma réplica. A réplica é um sin-signo (CP, 2.246).

Na lingüística, sobretudo na lingüística estatística, a distinção entre legi-signo e réplica tem sido geralmente adotada, mas os termos comuns nessa área são *type* (em vez de legi-signo) e *token* (no lugar de réplica).

*Caracteres gerais
do signo
individual*